

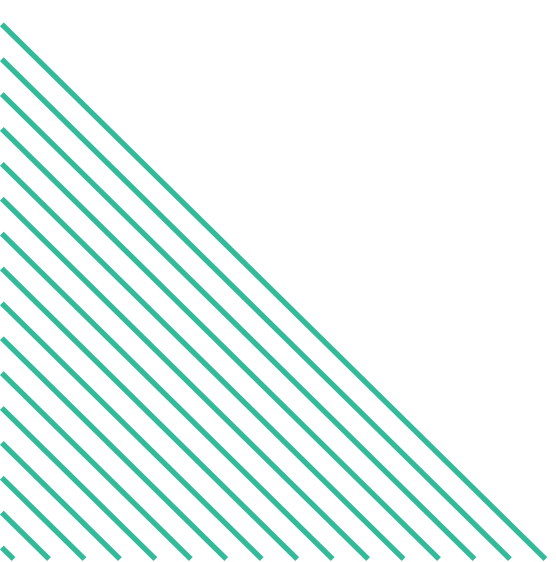
www.darcyfrancisco.com.br.

darcyfcs@gmail.com.

Fone: 51.99259-0967.

Proposta orçamentária para 2026

Novembro de 2025



Sumário

COMENTÁRIOS INICIAIS	2
1.DADOS GLOBAIS DO ORÇAMENTO	3
2. RECEITAS E DESPESAS	4
2.1. RECEITAS ANALITICAS	4
2.1.1. Receitas patrimoniais	6
2.2. DESPESAS ANALÍTICAS	6
2.2.1. Grau de realização do orçamento de 2025, até agosto	6
2.2.2. Retrospectiva das receitas e despesas desde 2010	7
2.2.3 Despesas fixadas para 2026	10
3. RESULTADO ORÇAMENTÁRIO E RESULTADO AJUSTADO	11
4. PREVIDÊNCIA SOCIAL	13
CONCLUSÃO	14

COMENTÁRIOS INICIAIS

Esta é uma análise simples que não inclui a despesa por funções, nem desce ao nível de órgãos, tendo feito leve referência às receitas patrimoniais e às outras despesas correntes (ODC). Para a receita corrente líquida desconsideramos a calculada para efeito da LRF (oficial), que serve para os destinos que a citada lei estabelece, mas não é a ideal para parâmetro, pelas exclusões que contém.

Para isso, adotamos o que denominamos de **receita corrente líquida efetiva (RCLe)** que, a partir de 2020, se confunde com a própria receita corrente, já que a partir desse ano esta última passou a ser considerada deduzida das transferências aos municípios e ao Fundeb. É a receita que, efetivamente, fica com o Estado após as transferências.

Deixamos a RCL oficial também para os casos em que adotamos os cálculos da fonte, mas em situações cujos percentuais não alteram as conclusões, porque se referem a toda a tabela em causa.

1.DADOS GLOBAIS DO ORÇAMENTO

As receitas previstas para o exercício alcançam R\$ 88,9 bilhões, mas descontando as transferências internas (duplas contagens) de R\$ 17,819 bilhões, ficam em R\$ 71,109 bilhões. Essas transferências são basicamente para pagar os encargos previdenciários.

Tabela 1.1. Receitas previstas para 2026

RECEITAS	RECEITAS CORRENTES	RECEITAS CAPITAL	TOTAL DAS RECEITAS
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	60.125.055.935	488.566.555	60.613.622.490
AUTARQUIAS	28.191.482.011	2.765.702	28.194.247.713
FUNDAÇÕES	121.601.229	-	121.601.229
TOTAL	88.438.139.175	491.332.257	88.929.471.432
RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	17.819.487.452	-	17.819.487.452
TOTAL LÍQUIDO	70.618.651.723	491.332.257	71.109.983.980

Fonte: Mensagem, p.18.

Observação: Não consta na receita a distribuição da receita aos municípios e ao Fundeb, num total de R\$ 27.669.940.400.

Tabela 1.2. Demonstrativo das receitas efetivas - 2026

ESPECIFICAÇÃO	R\$ 1,00	%
Impostos e Contrib. Melhoria	70.401.368.040	71,6%
receitas de contribuições	6.379.216.483	6,5%
Receitas patrimoniais	4.117.250.812	4,2%
Receitas agropecuária, industrial e de serviços	718.327.091	0,7%
Transferência correntes	15.164.431.166	15,4%
Outras receitas correntes	1.507.998.531	1,5%
Total correntes	98.288.592.123	100,0%
Deduções da receita corrente	- 27.669.940.400	-28,2%
Receita corrente líquida efetiva	70.618.651.723	71,8%
Receitas de capital	491.332.257	0,5%
Total receitas efetivas	71.109.983.980	72,3%
Receitas intraorçamentárias	17.819.487.453	18,1%
Total com as extraorçamentárias	88.929.471.433	90,5%

FONTE: Proposta Orçamentária 2026, Volume 1, Tabela 3.

O total das receitas correntes previstas foi de R\$ 98,288 bilhões, mas R\$ 27,670 bilhões pertencem aos municípios, restando líquido R\$ 70,619 bilhões (71,8%). Devem ser acrescidas as receitas de capital, num total de 491,3 milhões (0,5%). O total das receitas efetivas foi R\$ 71.110

bilhões (72,3%), que é a receita de que o Estado dispõe. O restante é receita intraorçamentária de R\$ 17,819 bilhões (18,1%), alcançado um total bruto de R\$ 88,929 bilhões, de acordo com a Tabela 1.1. A receita efetiva não está sendo tratada no conceito da Contabilidade, que são aquelas que, ao ingressar, aumentam a situação líquida patrimonial

O total da despesa fixada para 2026 é R\$ 92,726 bilhões que, descontando-se as duplas contagens de igual valor, ficam em R\$ 74,907 bilhões, com um déficit de R\$ 3,797 bilhões, tudo especificado ataberna 1.3.

1.3. Despesas fixadas para 2026

DESPESAS	DESPESAS CORRENTES	DESPESAS DE CAPITAL	RESERVA ORÇAMENTÁRIA	TOTAL DAS DESPESAS
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	58.332.530.302	5.388.638.897	1.966.787.242	65.687.956.441
AUTARQUIAS	24.510.166.412	313.875.517	997.511.672	25.821.553.601
FUNDAÇÕES	1.192.044.291	24.921.950	-	1.216.966.241
TOTAL	84.034.741.005	5.727.436.364	2.964.298.914	92.726.476.283
RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS				17.819.487.452
DESPESAS LÍQUIDAS				74.906.988.831
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO			-	3.797.004.851

Uma maneira simples de explicar a dupla contagem é a seguinte. Tomemos como exemplo um chefe de família que ganha R\$ 20.000 por mês e transfere para R\$ 5.000,00 para as despesas da casa. Supondo que ele despendeu todo o restante, qual foi o total de gastos? O total de gastos foi R\$ 20.000,00 e não R\$ 25.000,00.

2. RECEITAS E DESPESAS

2.1. RECEITAS ANALITICAS

As receitas correntes estão estimadas com um crescimento de 8,4% nominais e 3,7% reais sobre a previsão, que até agosto está proporcional ao desenvolvimento do exercício. As principais receitas, as tributárias, estão previstas com um crescimento nominal de 4,5% e zero de real. O grande crescimento previsto, de 134,6%, é para as **receitas patrimoniais**, adiante tratadas. As transferências correntes estão previstas com um leve crescimento nominal de 5,1% ou real, de

0,6%. As receitas de capital estão com uma previsão inferior à do exercício anterior, de mais de 50% nominal e real (Tabela 2.1).

Tabela 2.1. Receitas previstas em 2025 e 2026- analítico

Em R\$ milhões

Especificação	PLO4 2025	PLO2026	Variação		Cresc. Real %
			Valores	Em %	
RECEITAS CORRENTES	65.149,9	70.618,7	5.468,8	8,4%	3,7%
Impostos, taxas e contribuição melhoria	67.400,0	70.401,4	3.001,4	4,5%	0,0%
ICMS TOTAL	53.632,0	55.655,4	2.023,4	3,8%	-0,7%
IPVA TOTAL	5.417,0	6.031,2	614,2	11,3%	6,5%
IRRF	4.332,0	3.508,6	-823,4	-19,0%	-22,5%
Demais impostos e taxas	4.019,0	5.206,2	1.187,2	29,5%	24,0%
Receitas de contribuições	6.193,2	6.379,2	186,0	3,0%	-1,4%
Receitas patrimoniais	1.679,1	4.117,3	2.438,2	145,2%	134,6%
Receitas agropecuária, indl. Serviços	615,1	718,3	103,2	16,8%	11,7%
Transferências correntes	14.428,9	15.164,4	735,5	5,1%	0,6%
Cota-parte FPE	4.242,1	4.701,3	459,2	10,8%	6,1%
Cota-parte IPI Estados exportação	542,2	709,0	166,8	30,8%	25,1%
Lei Kandir e Auxílio à Exportação	250,3	235,1	-15,2	-6,1%	-10,1%
Salário Educação	4 69,6	467,5	-2,1	-0,4%	-4,7%
Fundeb	6.315,5	6.477,8	162,3	2,6%	-1,8%
Gestão Plena do SUS	1.573,9	1.823,5	249,6	15,9%	10,9%
Emendas parlamentares saúde	-	270,0	270,0		
Demais transferências correntes	1.035,3	480,2	-555,1	-53,6%	-55,6%
Outras receitas correntes	1.158,6	1.508,0	349,4	30,2%	24,6%
Deduções da receita corrente	-26.325,0	-27.669,9	-1.344,9	5,1%	0,6%
Deduções para o Fundeb	-9.749,6	-10.298,0	-548,4	5,6%	1,1%
Deduções transferências aos municípios	-16.120,8	-16.971,9	-851,1	5,3%	0,7%
Outras deduções	-454,6	-400,0	54,6	-12,0%	-15,8%
RECEITAS DE CAPITAL	1.040,8	491,3	-549,5	-52,8%	-54,8%
Operações de crédito	280,4	268,4	-512,0	-65,6%	-67,1%
Outras receitas de capital	260,4	222,9	-37,5	-14,4%	-18,1%
Total receitas sem as intraorçamentárias.	66.190,7	71.110,0	4.919,3	7,4%	2,8%
Receitas intraorçamentárias	17.587,8	17.819,5	231,7	1,3%	-3,0%
Total receitas	83.778,5	88.929,5	5.151,0	6,1%	1,6%

FONTE: Proposta orçamentária para 2026 - Mensagem e Volume 1.

2.1.1. Receitas patrimoniais

Pelo seu grande valor, destacamos as receitas patrimoniais, especificadas na Tabela 2.2.. Examinando os componentes da Tabela citada, verifica-se que há muitos recursos vinculados, que não poderão ser usados indiscriminadamente nos programas desenvolvidos pelo Poder Executivo, tais como os pertencentes ao Poder Judiciário, aos fundos previdenciários e outros, todos cerca de R\$ 1,4 bilhões. Está prevista também a cessão da folha de pessoal, na ordem de R\$ 1.243 milhões, que deve ser feita ao Banrisul ou a qualquer outro banco.

Tabela 2.2. Receita patrimonial prevista na Proposta Orçamentária 2026

Descrição	R\$ 1,00
Remuneração:	
Depósito bancário transferência Fundo Educação	109.216.545
Depósito bancário vinc. p/lei -Poder Judiciário	459.430.000
Depósito bancário vinculado Funrigs	102.015.929
Depósito bancário - SIAC/Funsefaz	264.000.000
Depósitos bancários não vinculados	89.445.595
Depósito bancário - SIAC	132.000.000
dos investimentos Fundoprev Civil	309.033.404
dos investimentos Fundoprev Militar	177.006.587
Juros capital próprio controladas	187.870.117
Receita cessão da folha de pessoal	1.243.000.000
Receita contrapartida depósitos sítios judiciais	461.690.000
Rendimentos de diversas origens não especificados	582.542.635
TOTAL	4.117.250.812

Fonte: Proposta orçamentária, 2026, Receita Orçada e Consolidada, Vol 1, 37-37.

2.2. DESPESAS ANALÍTICAS

2.2.1. Grau de realização do orçamento de 2025, até agosto

Conforme já referido, **as receitas** estão com um grau de realização de 66,7%, exatamente 2/3 da dotação, coincidente com o período decorrido do ano, em agosto (Tabela 2.3).

Já as despesas apresentam o seguinte comportamento:

Despesa de pessoal, com 64,4%, está um pouco abaixo do grau de realização proporcional, de

66,7%, o que é positivo.

Outras despesas correntes, com 51,9%, excelente número, principalmente diante do alto crescimento deste item nos últimos tempos.

Serviço da dívida está muito além dos 66,7%, mas é um item que sofreu alterações com os refinanciamentos ocorridos e a previsão para o exercício estava excessivamente baixa.

Investimentos este é o indicador negativo, com apenas 28,9% de realização, mesmo que se considere que despesa de capita não segue a uma proporcionalidade no exercício (Tabela 2.3).

Tabela 2.3. Grau de realização do orçamento de 2025, até agosto

Em R\$ milhões correntes.

Período decorrido do exercício		66,7%	
Agregados de receita	PLO4 2025	REALIZADO até agosto/25	GRAU DE REALIZAÇÃO
RECEITAS CORRENTES	65.149,9	44.122,0	67,7%
RECEITAS DE CAPITAL	1.040,8	0,3	0,0%
RECEITA TOTAL	66.190,7	44.122,3	66,7%

Agregados de despesa	LOA 2025	REALIZADO 31/08/2025	GRAU DE REALIZAÇÃO
Pessoas e encargos sociais	39.570,2	25.484,7	64,4%
Outras despesas correntes (manutenção e custeio)	22.385,6	11.613,7	51,9%
Serviços da dívida	197,5	150,2	76,1%
Investimentos amplos	4.393,7	1.270,0	28,9%
Reserva de contingência e previdenciária	2.471,3		0,0%
Total despesas sem as transferências intraorçam.	69.018,3	38.518,6	55,8%
Transferência de despesas intraorçamentárias	17.587,8		
Total da despesa com as transf. intraorçamentárias	86.606,1		

FONTE: Proposta Orçamentária 2026, Mensagem e RREO agosto/2025.

2.2.2. Retrospectiva das receitas e despesas desde 2010

A Tabela 2.4 traz a retrospectiva das receitas, em milhões constantes, desde 2010. Se dividirmos os períodos totais em vários períodos menores, de 14 anos, 10 anos, 4 anos e 1 ano, vamos ver que em todos eles os crescimentos reais das receitas próprias foram reduzidos e decrescentes, sendo o máximo índice o de 2,2%. As receitas correntes no seu total têm comportamento semelhante.

As transferências correntes poderiam ser maiores não fosse a queda da receita do FPE a partir de 2015, que trouxe o índice de participação do RS de 2,35 para 1,26 em 2024 e, pelas regras estabelecidas, deve continuar caindo. Livro *Crenças e situações que atrasam o País*, p.59, traz uma análise completa sobre o assunto.

Tabela 2.4. Receitas analíticas desde 2010
Em R\$ milhões constantes

ANOS	RECEITAS CORRENTES			RECEITAS DE CAPITAL						TOTAL DAS RECEITAS
	RECEITAS PRÓPRIAS	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	RECEITAS CORRENTES	OPERAÇÕES CRÉDITO	ALIENAÇÃO DE BENS	AMORTIZAÇÃO EMPRÉSTIMOS	TRANSF. CAPITAL	OUTRAS RECEITAS	RECEITAS Capital	
2010	37.299,7	12.302,4	49.602,1	1.766,2	9,2	78,7	476,7	-	2.330,8	51.933,0
2011	36.542,7	12.370,6	48.913,4	518,3	10,3	80,4	176,4	-	785,4	49.698,8
2012	37.724,3	12.091,8	49.816,2	1.874,0	84,4	32,5	191,2	1,0	2.183,1	51.999,3
2013	40.954,8	11.964,1	52.918,9	1.014,1	185,6	125,7	362,7	-	1.688,0	54.607,0
2014	42.455,2	12.453,5	54.908,6	3.849,8	171,6	292,2	341,1	-	4.654,7	59.563,3
2015	40.371,1	11.843,5	52.214,6	327,6	225,8	91,3	63,4	0,0	708,1	52.922,7
2016	44.110,7	11.557,3	55.668,0	494,8	125,0	71,4	140,1	1,5	832,8	56.500,9
2017	44.086,6	11.013,3	55.099,9	795,9	181,5	32,4	126,6	-	1.136,4	56.236,4
2018	44.935,6	11.040,8	55.976,5	373,7	1.178,5	34,7	285,8	-	1.872,7	57.849,2
2019	47.288,6	10.939,2	58.227,8	255,8	760,1	36,6	57,4	9,7	1.119,7	59.347,5
2020	45.096,6	14.359,8	59.456,4	32,1	1.044,1	31,8	255,2	0,1	1.363,3	60.819,7
2021	51.971,3	12.345,0	64.316,3	49,9	3.278,1	8,8	191,8	0,2	3.528,9	67.845,2
2022	47.197,5	11.857,2	59.054,7	104,4	2.233,4	8,4	148,8	226,4	2.721,3	61.776,0
2023	49.807,9	13.412,2	63.220,1	82,1	4.184,0	21,6	194,9	31,3	4.513,9	67.734,0
2024	50.511,2	13.578,1	64.089,3	1.221,4	42,6	34,3	186,8	0,6	1.485,7	65.575,0
Taxas anuais										
2010-24	2,2%	0,7%	1,8%	-2,6%	11,5%	-5,8%	-6,5%	-	-3,2%	1,7%
2010-20	1,9%	1,6%	1,8%	-33,0%	60,4%	-8,7%	-6,1%	-	-5,2%	1,6%
2019-23	1,3%	5,2%	2,1%	-24,7%	53,2%	-12,3%	35,7%	34,1%	41,7%	3,4%
2023-24	1,4%	1,2%	1,4%	1387,8%	-99,0%	58,6%	-4,2%	-98,0%	-67,1%	-3,2%

FONTE: RREOS - 6º bimestre de cada ano.

Despesas desde 2010

Quando vigoraram as vantagens funcionais, como biênios, triênios e adicionais de 15% e 25%, que foram extintas, o crescimento vegetativo da folha anulava todos os incrementos de receita.

Em decorrência da extinção dessas vantagens, o crescimento real da despesa com pessoal tem sido menor, mas ainda perto do crescimento da receita, mesmo que a quase totalidade dos servidores não receba reajustes há anos.

A reforma da previdência surtiu muitos efeitos, mas os maiores só virão com o passar do tempo, quando puderem ser eliminados os contratos de trabalho que dão direito à aposentadoria integral e com paridade com os ativos nas vantagens.

O que tem apresentado grande crescimento nos últimos tempos são as outras despesas correntes

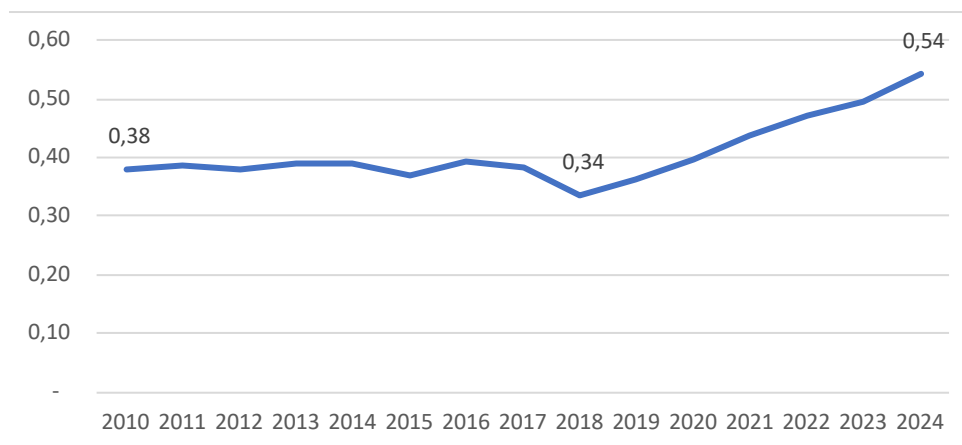
Tabela 2.5. Despesas analíticas desde 2010
Em R\$ milhões constantes

ANOS	PESSOAL E ENC.SOCIAIS	OUTRAS DESPESAS CORRENTES - ODC	INVESTI- MENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	SERVIÇO DÍVIDA	TOTAL	RESULTADO SEM INTRA
2010	29.982,1	11.396,5	4.161,8	161,6	6.597,7	52.299,7	- 366,8
2011	31.174,3	12.016,7	1.846,3	465,7	5.241,8	50.744,8	- 1.046,0
2012	32.997,8	12.518,8	1.947,7	481,5	5.333,3	53.279,1	- 1.279,9
2013	35.379,1	13.792,0	2.494,4	178,5	5.412,6	57.256,6	- 2.649,6
2014	38.006,2	14.785,8	2.553,6	567,5	5.748,7	61.661,9	- 2.098,6
2015	38.687,2	14.282,7	1.061,6	243,2	6.032,4	60.307,2	- 7.384,5
2016	37.575,7	14.724,6	1.247,7	379,6	2.587,0	56.514,6	- 13,7
2017	38.849,1	14.926,4	1.485,7	100,7	3.225,8	58.587,6	- 2.351,2
2018	40.411,5	13.550,5	2.271,2	151,2	5.492,1	61.876,4	- 4.027,2
2019	41.550,6	15.041,5	1.116,7	121,2	5.785,1	63.615,1	- 4.267,6
2020	39.387,6	15.590,1	1.116,7	136,9	5.606,4	61.837,7	- 1.018,0
2021	37.129,6	16.252,2	2.744,5	3.826,4	5.226,7	65.179,4	2.665,7
2022	36.116,1	16.990,0	3.737,7	366,2	935,9	58.145,9	3.630,1
2023	37.573,7	18.547,4	3.105,1	2.394,6	2.229,4	63.850,3	3.883,8
2024	36.978,0	20.095,8	4.949,0	1.479,7	1.236,9	64.739,4	835,7
Anos	Taxas anuais						
14	2010-24	1,5%	4,1%	1,2%	17,1%	-11,3%	1,5%
10	2010-20	2,0%	3,3%	-3,7%	33,3%	-2,1%	2,0%
4	2019-23	1,3%	3,2%	6,6%	-2,2%	-14,5%	1,2%
1	2023-24	1,2%	3,6%	4,3%	15,7%	-7,6%	1,7%

FONTE: RREOS - 6º bimestre de cada ano.

Nos últimos anos a despesa com pessoal vem caindo em termos reais, de 41,5 bilhões em 2019 para 37 bilhões em 2024, queda de 11% reais no período. Nesse mesmo lapso de tempo, as ODC cresceram 33,6%, passando de 15 bi em 2019 para 20 bilhões, no mesmo período.

Gráfico 2.1. Razão ODC/Despesas de Pessoal



Fonte: RREO - 6º bimestre de cada ano.

O Gráfico 2.1. mostra a razão ODC/Pessoal, que passou de 0,38 em 2010 para 0,54 em 2024, depois de 0,34 em 2018. Essa enorme defasagem foi a partir de 2019.

2.2.3 Despesas fixadas para 2026

As despesas fixadas para 2026 em relação a 2025 estão assim expressas na proposta orçamentária:

Despesas de pessoal e encargos sociais, com 3,42% de crescimento nominal e -1% real. Esse crescimento deverá ser um pouco maior, devido à realização a menor em 2025, se mantido o comportamento até agosto/2025. Fica difícil reduzir despesa com pessoal, mesmo não concedendo reajustes, torce 60,5% da folha é pra servidores aposentados e pensionistas e as vantagens temporais que remanescem para os servidores que ingressaram antes da Emenda Constitucional estadual n 78/2020, de 4/2/2020.

Outras despesas correntes deverão crescer 10,2% nominais e 5,5% reais. Este é um grupo que vem crescendo muito nos últimos anos. Em 2015 correspondia a 29,5% da RCL e em 2024 alcançou 33,5%, 4 pontos percentuais a mais.

Serviços da dívida, o valor reduzido deve-se a suspensão do pagamento das prestações, devido às enchentes.

Investimentos Amplos, com R\$ 5,66 bilhões de previsão, com um crescimento de 28,7% nominais e 23,2% reais. Espera-se que não fique só no papel. Recursos são os do Funrigs. Aliás, esses investimentos devem ser a formação do próprio FUNRIGS.

Tabela 2.6. Principais agregados de despesa pública para 2025 e 2026
Em R\$ milhões.

Agregados de despesa	LOA 2025	LOA 2026	PLOA 2026- PLOA2025	2026/ (2025-1) %	VAR. REAL %
Pessoas e encargos sociais	39.570,2	40.924,4	1.354,2	3,42%	-1,0%
Outras despesas correntes (manutenção e custeio)	22.385,6	24.670,8	2.285,2	10,21%	5,5%
Serviços da dívida	197,5	692,0	494,5	250,38%	235,3%
Investimentos amplos	4.393,7	5.655,5	1.261,8	28,72%	23,2%
Reserva de contingência e previdenciária	2.471,3	2.964,3	493,0	19,95%	14,8%
Total despesas sem as transferências intraorçam.	69.018,3	74.907,0	5.888,7	8,53%	3,9%
Transferência de despesas intraorçamentárias	17.587,8	17.819,5	231,7	1,32%	-3,0%
Total da despesas com as transf.intraorçamentárias	86.606,1	92.726,5	6.120,4	7,07%	2,5%

FONTE: Proposta Orçamentária 2026, Mensagem.

3. RESULTADO ORÇAMENTÁRIO E RESULTADO AJUSTADO

O resultado do exercício previsto é de um déficit de R\$ 3,797 bilhões, conforme demonstrado a seguir. No entanto, este resultado deve ser visto com ressalvas, conforme Tabela 3.1.

Tabela 3.1. Resultado orçamentário do exercício
Em R\$ milhões

	LOA 2025	LOA 2026	PLOA 2026- PLOA2025	2026/ (2025-1) %	VAR. REAL %
Receitas realizadas	66.190,7	71.110,0	4.919,3	7,4%	2,8%
despesas realizadas	69.018,3	74.907,0	5.888,7	8,53%	3,86%
Resultado orçamentário	-2.827,6	-3.797,0	-969,4	1,32%	-3,05%
Reserva de contingência e previdência	2.471,3	2.964,3	493,0	7,07%	2,46%
Resultado orçamentário ajustado	-356,3	-832,7	-476,4	133,71%	123,64%

Fonte: Tabelas 2.1. e 2.4.

Quanto se calcula o resultado ajustado, que é o orçamentário acrescido da reserva de contingência e previdência, ele reduz-se para R\$ 832,7 milhões, 133,7% maior que o previsto para o exercício anterior. (Tabela 3.1).

Poderíamos dizer que o grande responsável pelo déficit são os **altos investimentos**, mas eles correspondem ao que o Estado deve passar ao FUNRIGS que, **de outra forma, seriam pagamentos da dívida**.

O problema ressurgirá com a volta do pagamento da dívida, cujo valor da prestação do Propag será menor que a do Regime de Recuperação Fiscal. No entanto, diante da necessidade de recolhimento para o FEF (Fundo de Equalização Fiscal), as prestações, embora menores, ainda serão maiores do que os superávits primários, tomando-se como base os formados nos últimos dez anos, até 2024, que foram, em média, de 1.350 milhões anuais.

A grande causa dos baixos superávits primários está no reduzido crescimento da receita estadual atualmente, causado pelos problemas climáticos (secas e enchentes). Sem aumento desses superávits, não há solução à vista.

Deve ser ressaltado que na receita para 2026, nas **receitas patrimoniais** contêm em torno de R\$1,4 bilhão de receitas do Poder Judiciário e planos previdenciários, que não pertencem ao Poder Executivo. Está prevista também a cessão das contas dos servidores por R\$ 1,243 bilhão.

Investimentos e vinculações. Com o pagamento da dívida, acabam os recursos para investimentos. Além disso, quando deveríamos estar gerando recursos para essa finalidade tão importante, estamos cumprindo vinculações da receita, que ao longo dos anos não foram cumpridas. E com o passar dos anos esses compromissos vão subindo e se manterão altos. No

tocante à **saúde** ainda é cabível, porque, a cada ano, aumenta o número de idosos e, em decorrência, os gastos com saúde, que crescem também pelo desenvolvimento tecnológico, com a implantação de exames médicos cada vez mais sofisticados.

Já na **educação**, há uma contínua queda do número de alunos, que se acentuou nos últimos 20 anos. Por exemplo, em 2002 o número de alunos matriculados era de 1448.713 e em 2025, 684.890, uma redução de 763.823 alunos ou 52,7%, segundo dados do MEC/INEP.

A folha do pessoal da educação no Estado do RS, em cada R\$ 100, R\$ 62 é despendido com inativos e pensionistas, restando R\$ 38 para os servidores ativos, únicos que podem entrar na comprovação dos gastos com MDE (educação). Até então o total da folha era usado na comprovação, mas a Emenda Constitucional nº 108/2020 vedou essa utilização. Para aliviar o impacto dos gastos, o Estado assinou um acordo com o FNDE/MEC para complementar esse montante em 15 anos (em torno de R\$ 3,63 bilhões), o que corresponde a R\$ 242 milhões anuais, que são cumulativos. Isso, com o passar dos anos, vai criando um encargo que, somados aos demais, torna a situação insustentável.

A Tabela 3.2 faz parte de um estudo feito anteriormente, cujos componentes estão na maioria subsumidos nas tabelas da Proposta Orçamentária para 2026.

Os complementos para MDE (educação) e saúde, constantes da Tabela 3.2, assim como outros itens, que não dá saber em que dimensão, constam da proposta orçamentária. Mas, mesmo que constem, a Proposta está sendo fechada com grande déficit, embora parte dele possa ser coberto pela reserva de contingência e previdência, se não forem usadas no decorrer do exercício pertinente. Por exemplo, no orçamento consta nas sentenças judiciais R\$ 350 milhões a menos que que o valor da Tabela 3.2, estimado por nós. Em educação e saúde, nada comprova que foram considerados os valores dos acordos. Tudo indica que foi adotada a mesma sistemática de antes.

Tabela 3.2. Compromissos extraordinários 2025 - 2030
Considerando a adesão ao Propag
Em milhões de 2024

DESPESA	2025	2026	2027	2028	2029	2030
Dívida acordo Propag	-	-	2.589,0	3.989,0	4.282,5	4.854,3
FUNRIGS	4264,4	5.541,7	2678,98	-	-	-
Serviço dívida externa	227,04	319,2	447,86	435,18	421,23	407,91
Precatórios C/novas oper.	1.563,7	1.517,0	1.493,0	1.469,0	1.445,0	
Complemento MDE	242,3	484,6	726,9	969,2	1211,5	1453,8
Complemento Saúde		300,0	600,0	900,0	1.200,0	1.500,0
	6.297,5	8.162,5	8.535,8	7.762,4	8.560,2	8.216,0
RCLe (var.2,5% aa)	66.010,0	67.660,3	69.351,8	71.085,6	72.862,7	74.684,3
RCLe %	9,5%	12,1%	12,3%	10,9%	11,7%	11,0%

FONTES: Relatório da Dívida, 2024.

(*) Calculado de acordo com a EC 136/2025.

4. PREVIDÊNCIA SOCIAL

A Tabela 4 inicia em 2004, um ano após à reforma de 2003. Foram estabelecidos para comparação dois períodos, sendo 2004-2018 e 2019 – 2024. No primeiro período, a RCL do Estado cresceu a uma taxa real de 3,4% ao ano, a despesa previdenciária bruta, 5%; o déficit previdenciário, 6,4% e a necessidade de financiamento, 5,2%. Em 2004 o déficit correspondia a 16,6% da RCL e a necessidade de financiamento, 28,3%. **Em 2018, o déficit estava em 29,2% e a necessidade financiamento em 36,1%.**

Consideramos déficit a diferença entre receita de contribuição dos servidores mais a patronal menos os benefícios previdenciários. Já a necessidade de financiamento é acrescida da contribuição patronal, porque representa um encargo do Estado.

No período 2019-2024, as taxas anuais se modificaram: a RCL do Estado reduziu para 2,5%, despesa bruta previdenciária decresceu 2,6%, o déficit previdenciário decresceu 8,0% e a necessidade financeiro, também caiu 3,8, ambos negativos. **O déficit, que era de 29.2% no início do período, desceu para 15,2% e a necessidade de financiamento, baixou de 36,1% para 24,6%.**

É importante destacar que o déficit que no primeiro período cresceu a uma taxa de 2,9% ao ano, baixou para -10,3%. Já a necessidade de financiamento, que crescia 1,7% ao ano, baixou para -6,2%.

Tabela 4. Despesa previdência bruta, déficit e necessidade de financiamento, 2004-2024

Milhões (IPCA)

ANO	RCL e	DESPESA BRUTA	DÉFICIT PREVID.	NECESSIDADE FINANCIAM. *	RELAÇÕES		
					DESPESA BRUTA	DÉFICIT	NECESS. FINANCIAM.
	A	B	C	D	B/A	C/A	D/A
2004	34.528,0	11.277,8	6.752,0	9.769	32,7%	19,6%	28,3%
2005	36.837,0	11.901,7	7.685,1	10.496	32,3%	20,9%	28,5%
2006	38.320,8	12.255,3	7.774,5	10.762	32,0%	20,3%	28,1%
2007	39.221,6	13.325,3	8.511,9	11.721	34,0%	21,7%	29,9%
2008	43.911,0	13.602,0	8.990,2	12.065	31,0%	20,5%	27,5%
2009	43.620,4	14.205,6	9.507,2	12.639	32,6%	21,8%	29,0%
2010	49.170,8	15.235,6	10.755,2	13.574	31,0%	21,9%	27,6%
2011	48.564,2	15.991,2	10.935,8	14.003	32,9%	22,5%	28,8%
2012	49.645,6	17.013,4	12.253,0	15.201	34,3%	24,7%	30,6%
2013	52.473,0	18.230,3	12.163,9	15.817	34,7%	23,2%	30,1%
2014	54.148,8	19.379,5	12.758,1	16.892	35,8%	23,6%	31,2%
2015	52.006,3	19.740,6	13.666,7	17.516	38,0%	26,3%	33,7%
2016	55.445,5	20.373,9	13.306,7	16.923	36,7%	24,0%	30,5%
2017	54.453,3	21.407,0	15.145,6	18.197	39,3%	27,8%	33,4%
2018	55.211,0	22.445,3	16.108,6	19.913	40,7%	29,2%	36,1%
2019	57.774,6	22.553,2	16.064,9	20.091	39,0%	27,8%	34,8%
2020	59.462,7	22.002,0	12.840,9	18.858	37,0%	21,6%	31,7%
2021	64.316,3	20.430,6	10.751,2	17.160	31,8%	16,7%	26,7%
2022	59.054,7	19.773,8	10.147,8	16.356	33,5%	17,2%	27,7%
2023	63.220,1	19.588,5	10.126,3	16.165	31,0%	16,0%	25,6%
2024	64.089,3	19.182,7	9.757,8	15.758	29,9%	15,2%	24,6%
TAXAS ANUAIS							
2004-2018	3,4%	5,0%	6,4%	5,2%	1,6%	2,9%	1,7%
2019-2024	2,5%	-2,6%	-8,0%	-3,8%	-5,0%	-10,3%	-6,2%

Fonte: Pareceres Prévios do TCE, até 2010. Após: RREO's.

(*) Necessidade de financiamento é igual ao déficit do plano financeiro mais as contribuições patronais de todos os planos.

CONCLUSÃO

A receita prevista para 2026 é R\$ 71,1 bilhões (99,3% corrente), e a despesa de R\$ 74,9 bilhões (R\$ 5,6 bilhões investimentos), com um déficit de R\$ 3,8 bilhões. Foram desconsideradas as transferências intraorçamentárias, de R\$ 17,8 bilhões, que são duplas contagens.

O déficit previsto, de 3,8 bilhões, pode ser reduzido para R\$ 832,7 milhões,

desconsiderando as reservas orçamentárias (R\$ 2.964,3 milhões). No entanto, nada garante que essas reservas não precisarão ser usadas. Deve ser destacado, ainda, que nas receitas patrimoniais estão incluídos em torno de 1,4 bilhão pertencentes ao Poder Judiciário e aos planos previdenciários, que não são de livre uso do Poder Executivo; e R\$ 1,243 bilhão de cessão da folha dos servidores.

Em 2026 poderemos fazer investimentos com os recursos da dívida, cujas prestações foram suspensas, destinando para as obras de recuperação das enchentes. E também há poupanças financeiras no Tesouro.

O problema maior será de 2027 em diante, pelos compromissos anteriores, como dívida que volta a ser paga, ainda em parte nesse ano; precatórios e complemento de vinculações com educação, que cresce R\$ 242 bilhões a cada ano. Com isso, em vez de estarmos criando um fundo para investimentos, criamos uma despesa crescente em 15 anos, para complementar vinculações com MDE, quando o número de alunos se reduziu em 763 mil ou 52,7%, mais da metade, entre 2002 e 2025.

O orçamento anual deficitário é apenas um reflexo de causas muito maiores, o que nos leva ao impasse: **ou pagamos a dívida ou fazemos investimentos**. O governador Leite, nos seus dois períodos, foi o que mais investiu nos últimos tempos, mas o que pagou menos de dívida.

A reforma administrativa e a da previdência foram profundas, mas os maiores efeitos nessa só serão sentidos no longo prazo, principalmente devido ao direito adquirido.

As decisões em nível federal são um outro fator que prejudica o equilíbrio orçamentário. Apesar de na educação 62% da folha ser de inativos e pensionistas, essa despesa não pode ser usada como comprovação de gastos com educação (MDE). A Emenda Constitucional nº 108/2020, vedou seu uso para isso.

Porque os déficits não são eliminados, quando parece que estão resolvidos? Pelas causas estruturais, como as seguintes:

Previdência – O déficit que crescia 6,4% ao ano de 2004 a 2018, passou a decrescer dali em diante 8% por ano, com as reformas feitas na previdência e administrativa. Mas, sua eficácia final será no longo prazo, por causa do direito adquirido.

Dívida – Mesmo com o Propag, ainda ficarão altas as prestações, porque o Estado não forma superávit primário suficiente. Então, mantemos a contingência: ou pagamos a dívida ou fazemos investimentos.

Problemas climáticos – Grandes responsáveis pelo baixo crescimento econômico e, conseqüentemente, da receita estadual. Para resolver só com altos e continuados investimentos.

Decisões em níveis federais – são tomadas indiscriminadamente, atingindo todos os entes igualmente, mesmo que tenham grandes diferenças regionais ou locais. Exemplos: pensão integral; Fundeb; Exclusão de vantagens na MDE; legislação do ICMS; recente alteração do Imposto de Renda; Fundo de Participação dos Estados (FPE).

Porto Alegre, 10 de novembro de 2026.